

Bolsa tem forte alta e dólar cai com alívio sobre juros nos EUA

A Bolsa brasileira registrou mais uma forte alta e recuperou os 118 mil pontos na terça-feira (29), enquanto o dólar caiu aos R\$ 4,85, após a divulgação de dados de emprego nos Estados Unidos, que vieram mais fracos que o esperado.

A sinalização de desaquecimento do mercado de trabalho americano endossou apostas de que a escalada de juros nos EUA está próxima do fim, trazendo otimismo ao mercado. Nesse cenário, a Bolsa brasileira teve apoio dos índices do exterior, que fecharam em alta, e o dólar recuou ante o real e outras divisas.

Com isso, o Ibovespa fechou em alta de 1,09%, aos 118.403 pontos, enquanto o dólar caiu 0,44%, terminando o dia cotado a R\$ 4,853.

O Departamento de Trabalho dos EUA divulgou nesta terça que o número de vagas de emprego em aberto nos Estados Unidos caiu pelo terceiro mês consecutivo em julho, mostrando uma desaceleração gradual da atividade americana.

A resiliência do mercado de trabalho do país foi um dos motivos de preocupação do mercado nos últimos meses. O indicador é acompanhado pelo Fed (Federal Reserve, o banco central americano) para a tomada de decisão sobre os juros no país, e um cenário de emprego aquecido é um dos fatores que podem levar o banco a manter o aperto monetário neste ano.

Com os números da terça, a avaliação do mercado é de que as chances de uma nova alta de juros em 2023 diminuí-

ram. “Finalmente a esperada desaceleração no mercado de trabalho americano está dando sinais”, escreveu Rafaela Vitoria, economista-chefe do Inter.

Após a divulgação dos dados de emprego, as projeções de que o Fed deve manter os juros inalterados em sua próxima reunião, marcada para o início de setembro, aumentaram. Agora, o mercado vê 86,5% de chance de manutenção das taxas de empréstimo nos EUA no próximo mês, ante 78% na segunda (28), segundo a ferramenta FedWatch, do CME Group.

Com a notícia, os índices acionários americanos tiveram altas significativas. O S&P500, o Dow Jones e o Nasdaq subiram 1,45%, 0,85% e 1,74%, respectivamente.

Marcelo Azevedo/Folhapress



Economia



81% dos comerciantes paulistanos são contra fim do parcelamento sem juros no cartão de crédito

Página - 03

Entenda propostas de mudanças na tributação para super-ricos

Página - 03



IMC vende Olive Garden e reforça apetite por desinvestimentos

Página - 05



Mupy fora do saquinho? Os planos do novo CEO para a marca de suco de soja de 44 anos

Página - 05



Política

Lula provoca Tarcísio e Zema e diz que fará eventos em SP e MG mesmo sem eles

Página - 04

Haddad diz que proposta de Orçamento vai mesmo prever déficit zero em 2024

Página - 04

No Mundo

Lula e Biden se encontrarão à margem da Assembleia-Geral da ONU



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse na terça-feira (28) que quer se encontrar com o seu homólogo americano, Joe Biden, para discutir a possibilidade de mudanças no Conselho de Segurança das Nações Unidas, uma pauta histórica da diplomacia brasileira.

O encontro deve ocorrer à margem da Assembleia-Geral da ONU, entre 19 e 23 de setembro, em Nova York. Há muito o Brasil faz campanha para conseguir uma cadeira no órgão, responsável pela segurança internacional e composto por cinco membros permanentes com direito a veto Estados Unidos, China,

Rússia, Reino Unido e França e dez rotativos, eleitos para mandatos de dois anos cada um.

Caso se concretize, a conversa acontecerá em um momento de divergências entre os países, a despeito do bom relacionamento entre os dois líderes. Na semana passada, o Brics, grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, admitiu mais cinco países: Argentina, Etiópia, Egito, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, e Irã os três últimos, adversários históricos dos EUA.

Durante a cúpula do bloco, Lula pediu aos representantes das outras nações para apoiarem a entrada de mais

países no conselho como membros permanentes. O petista disse que o conselho deve refletir o cenário geopolítico atual, não o da década de 1940, e sugeriu que países como Brasil, Índia, Alemanha, Japão e África do Sul deveriam se tornar membros permanentes.

Na quarta-feira passada (16), Lula e Biden conversaram por telefone durante cerca de 30 minutos. Os políticos falaram sobre combate às mudanças climáticas, proteção da Amazônia e planos conjuntos para promover os direitos dos trabalhadores, segundo o Palácio do Planalto e a Casa Branca.

Folhapress

Vaticano diz que Francisco não exaltou czares russos, em frase criticada por ucranianos



O papa Francisco não pretendia glorificar o imperialismo russo quando exaltou os czares que expandiram o império russo, disse o Vaticano na terça-feira (29), após comentários da semana passada serem criticados pela Ucrânia, mas saudados pelo Kremlin. Francisco disse a jovens russos, em comentários improvisados na sexta-feira (25), que se lembrassem de que são herdeiros de czares do passado, como Pedro 1º e Catarina 2ª.

Os dois monarcas, ambos referidos como “grandes” pelos historiadores, expandiram o território Russo para um enorme império nos séculos

17 e 18, incluindo partes da Ucrânia. O discurso do papa ocorre em meio a tentativa do presidente Vladimir Putin de invadir e anexar o território ucraniano.

“O papa pretendia encorajar os jovens a preservar e promover tudo o que há de positivo na grande herança cultural e espiritual russa, e certamente não exaltar a lógica imperialista e as personalidades governamentais, (que ele) mencionou para indicar alguns períodos históricos de referência”, disse o porta-voz do Vaticano, Matteo Bruni, em um comunicado.

Francisco tinha afirmado: “Vocês são herdeiros da grande Rússia – a grande Rússia

dos santos, dos reis, a grande Rússia de Pedro o Grande, de Catarina 2ª, o grande império russo, culto, tanta cultura, tanta humanidade. Vocês são os herdeiros da grande mãe Rússia. Vão em frente.”

Kiev classificou os comentários como “profundamente lamentáveis”.

“É precisamente com esta propaganda imperialista, os ‘laços espirituais’ e a ‘necessidade’ de salvar a ‘grande Mãe Rússia’ que o Kremlin justifica o assassinato de milhares de ucranianos e a destruição de cidades e aldeias ucranianas”, disse Oleg Nikolenko, porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da Ucrânia, no Facebook. CNN

Coreia do Norte protesta contra exercícios militares dos EUA e aliados na península coreana

Estados Unidos, Coreia do Sul e Japão realizaram exercícios conjuntos de defesa antimísseis navais ao redor da península coreana na terça-feira (29), enquanto a Coreia do Norte denunciava os “chefes de gangues” de Washington e seus aliados por aumentarem o risco de uma guerra nuclear.

Os três países realizaram os exercícios em águas internacionais ao redor da ilha de Jeju, na Coreia do Sul, para melhorar sua capacidade de detectar e rastrear alvos e partilhar informações em caso de provocação por parte de Pyongyang, disseram os militares sul-coreanos.

As atividades ocorrem no momento em que o líder norte-coreano, Kim Jong Un, tem pedido a modernização “radical” das armas e equipamentos das forças navais do seu país, criticando a presença crescente de ativos estratégicos dos EUA na região.

Em um discurso para marcar o Dia da Marinha,

Kim disse que os “chefes de gangues” dos EUA, Japão e Coreia do Sul anunciaram exercícios militares conjuntos regulares, informou a agência de notícias norte-coreana KCNA, aparentemente referindo-se à cúpula de 18 de agosto entre os aliados em Camp David, no estado norte-americano de Maryland.

“Devido aos movimentos de confronto imprudentes dos EUA e de outras forças hostis, as águas ao redor da Península Coreana foram reduzidas ao maior ponto de concentração de equipamento de guerra do mundo, as águas mais instáveis com o perigo de uma guerra nuclear”, disse Kim, citado pela KCNA.

Na primeira reunião conjunta entre os líderes dos EUA, da Coreia do Sul e do Japão, os três concordaram em aprofundar a cooperação militar e econômica à medida que procuram projetar unidade face ao poder crescente da China e às ameaças nucleares da Coreia do Norte. CNN

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



81% dos comerciantes paulistanos são contra fim do parcelamento sem juros no cartão de crédito



Oito em cada dez (81%) responsáveis por estabelecimentos comerciais de pequeno porte da cidade de São Paulo são contrários ao fim da venda parcelada sem juros no cartão de crédito, revela pesquisa Datafolha. Uma fatia de 15% é favorável à proposta, 3% são indiferentes e 1% não opinou.

Segundo o levantamento, 81% dos comércios pesquisados fazem vendas sem juros no cartão de crédito. Destes estabelecimentos, a venda parcelada sem juros corresponde, em média, a 50% das operações com cartão de crédito e a 45% do faturamento mensal.

Entre os encarregados pelos comércios, é amplamente

majoritária também a opinião de que o fim das vendas parceladas sem juros no cartão de crédito traria mais prejuízos do que benefícios à economia brasileira, aos consumidores e às lojas.

Em audiência no Senado em 10 de agosto, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, citou um incômodo do órgão com o sistema atual de financiamento por cartão de crédito, que permite aos usuários parcelar compras em até 12 vezes sem juros.

Segundo ele, o BC estaria considerando criar uma tarifa para desincentivar a compra no crédito em uma quantidade grande de parcelas.

“A gente cria algum tipo de tarifa para desincentivar

esse parcelamento sem juros tão longo. Não é proibir o parcelamento sem juros, é simplesmente tentar fazer com que ele fique um pouco mais disciplinado, de uma forma bem faseada para não afetar o consumo”, disse.

Cinco dias depois, em almoço da Frente Parlamentar do Empreendedorismo, Campos Neto disse que a modalidade do parcelamento sem juros é “muito importante” para a economia e para o consumo.

Mais recentemente, no dia 22, voltou a tratar do tema: “Entendemos que o parcelado sem juros é uma modalidade importante para o consumo brasileiro e não pode sofrer nenhuma ruptura”, afirmou.

Fernando Canzian/Folhapress

Entenda propostas de mudanças na tributação para super-ricos

Com previsão de arrecadar até R\$ 54 bilhões até 2026, a taxa dos investimentos da parcela mais rica da população depende de votação no Congresso Nacional. Caberá aos parlamentares aprovar a medida provisória que tributa os fundos exclusivos e o capital aplicado em offshores (empresas no exterior). O governo precisa reforçar o caixa para compensar o aumento do limite de isenção da tabela do Imposto de Renda, sancionada na segunda-feira (28) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O dinheiro também é importante para cumprir a meta de zerar o déficit primário em 2024, conforme estipulado pelo novo arcabouço fiscal, aprovado na última semana pelo Congresso.

Com a resistência de parlamentares à tributação das offshores, o governo decidiu transferir o tema para um projeto de lei e passar a tributar os fundos exclusivos, instrumentos personalizados de investimentos, com um único cotista, que exigem pelo me-

nos R\$ 10 milhões de entrada e taxa de manutenção de R\$ 150 mil por ano. Atualmente, apenas 2,5 mil brasileiros aplicam nesses fundos, que acumulam patrimônio de R\$ 756,8 bilhões e respondem por 12,3% da indústria de fundos no país.

Atualmente, os fundos exclusivos pagam Imposto de Renda (IR), mas apenas no momento do resgate e com tabela regressiva, quanto mais tempo de aplicação, menor o imposto. O governo quer igualar os fundos exclusivos aos demais fundos de investimento, com cobrança semestral de IR conhecida como come-cotas. Além disso, quem antecipar o pagamento do imposto pagará alíquotas mais baixas.

Em relação à taxa das offshores, que inicialmente estava em medida provisória mas foi transferida para um projeto de lei, o governo quer instituir a tributação de trusts, instrumentos pelos quais os investidores entregam os bens para terceiros administrarem.

Wellton Máximo/ABR



Investimento chinês no Brasil desaba 78% em 2022 e bate menor nível em 13 anos



Com poucos empreendimentos intensivos em capital, principalmente nas áreas de mineração e energia, os investimentos da China no Brasil em 2022 caíram 78% em relação ao ano anterior, atingindo o menor nível desde 2009.

Considerando apenas os aportes que foram efetivados no período, as empresas chinesas colocaram US\$ 1,3 bilhão no país, valor bem inferior aos US\$ 5,9 bilhões de 2021.

Com isso, o Brasil aparece em nono lugar na lista dos principais destinos de investimentos da China no último ano, atrás de Arábia Saudita, Indonésia, Hungria, Singapura, EUA, Malásia, Zimbábue e Argentina.

Apesar da queda no valor dos investimentos, o número

de projetos executados por companhias chinesas em território nacional chegou a 32, superando o pico histórico registrado em 2018.

Os dados integram o relatório do CEBC (Conselho Empresarial Brasil-China) que será divulgado na terça-feira (29).

De acordo com o estudo, o baixo valor investido em 2022 não necessariamente reflete um desinteresse da China em investir no país.

“A forma mais interessante de entender o interesse do investimento chinês é pelo número de projetos, e esse foi um ano que teve muitos projetos. O que não tivemos foi algum empreendimento muito intensivo em capital”, diz Tulio Cariello, diretor de conteúdo e pesquisa do CEBC e

responsável pelo estudo.

Segundo ele, é difícil apontar com precisão os motivos dessa ausência de investimentos massivos em 2022. No entanto, o especialista explica que os valores costumam ser puxados para cima quando envolve negócios como a construção de linhas de transmissão de energia ou grandes fusões e aquisições na área de petróleo.

“Não tivemos isso em 2022, mas tivemos uma série de pequenos investimentos em vários setores”, afirma Cariello.

Projetos que mobilizam muito capital geralmente dependem de uma série de licenças para o início de suas operações, o que eventualmente pode adiar sua execução.

Thiago Bethônico/Folhapress

Política

Lula provoca Tarcísio e Zema e diz que fará eventos em SP e MG mesmo sem eles



O presidente Lula (PT) usou a sua transmissão semanal na internet para alfinetar os governadores opositores de São Paulo e de Minas Gerais, respectivamente Tarcísio de Freitas (Republicanos) e Romeu Zema (Novo), sobre recursos do Novo PAC para seus estados.

Lula cobrou a presença de Tarcísio em evento que realizará em São Paulo, para lançar projeto que vai contar com recursos do governo federal.

As declarações do presidente aconteceram durante o Conversas com o Presidente, na manhã da terça-feira (29). Lula havia sido questionado pelo apresentador do programa sobre as suas próximas viagens.

“Eu quero ver se na outra semana eu consigo ir a Minas

Gerais e a São Paulo, para discutir os investimentos do estado de São Paulo. Vamos tentar fazer um ato, vamos tentar a participação do governo do estado. Se [Tarcísio] quiser participar, a gente fará o ato do mesmo jeito”, afirmou.

“Mas, como nós somos civilizados, nós vamos fazer e convocar o governador, porque é importante ele estar, porque os compromissos que nós vamos assumir é com ele também. Se vamos emprestar dinheiro do governo federal, do BNDES, para fazer a ferrovia Campinas-São Paulo, nós queremos que o governador esteja presente, afinal de contas é o estado de São Paulo que vai fazer”, completou.

Governadores estaduais puderam indicar até três projetos prioritários para serem

incluídos no Novo PAC. O programa foi lançado na primeira quinzena de agosto, em um grande evento no Theatro Municipal do Rio de Janeiro.

A maior parte dos governadores estiveram presentes. Algumas das ausências foram justamente Tarcísio e Zema. O primeiro anunciou com antecedência que não participaria e que enviaria em seu lugar o vice Felício Ramuth.

Zema, por sua vez, não se manifestou em nenhum momento sobre o convite.

Ex-ministro de Jair Bolsonaro (PL), Tarcísio de Freitas passou nos últimos dias a marcar sua posição como oposição ao governo federal. No momento em que seu partido negocia a entrada no governo Lula, ele já anunciou que pode deixar a legenda se isso acontecer. Renato Machado/Folhapress

Cid colabora com investigação e prestará novo depoimento à PF, diz advogado



O tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), vai prestar novo depoimento à PF na próxima quinta-feira (31), disse o advogado Cezar Bitencourt ao jornal O Globo.

Segundo a defesa, Cid está colaborando com as investigações. “Estamos muito cansados, estamos verificando um monte de material. Tem documentos que a gente tem que analisar, a gente leva horas, papéis, a gente fica movimentando coisas”, afirmou Bitencourt.

Ex-ajudante de ordens de Bolsonaro ficou em silêncio nos dois primeiros depoimentos à PF. Desde a semana

Haddad diz que proposta de Orçamento vai mesmo prever déficit zero em 2024

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) afirmou na terça-feira (29) que o PLOA (projeto de Lei Orçamentária Anual) que será enviado ao Congresso Nacional vai mesmo prever déficit primário zero para as contas públicas em 2024.

“O Orçamento vai equilibrado, nem teria tempo de mudar o Orçamento, está pronto há mais de 15 dias. No dia 31, a gente apresenta os parâmetros, os dados, as medidas fiscais, já fechados com o Planejamento”, disse. “Equilibrado significa que as receitas primárias são iguais às despesas primárias”, afirmou.

Zerar o déficit já no ano que vem é uma das principais bandeiras de Haddad desde o início do ano. A meta, contudo, é vista com ceticismo até por membros do próprio governo, incluindo ministros, técnicos e congressis-

tas, como mostrou a Folha.

Na visão deles, esse alvo poderia estar na mira para 2025, por exemplo, o que daria espaço para o governo fazer um ritmo de ajuste mais gradual das contas públicas, sem gerar desgastes desnecessários.

Conforme relatório divulgado pelo Tesouro Nacional, o governo precisa arrecadar R\$ 162,4 bilhões adicionais no ano que vem para assegurar o cumprimento da meta de zerar o déficit.

As estimativas do documento já levavam em consideração as regras do arcabouço fiscal, aprovado no dia 22 de agosto. O novo marco fiscal prevê crescimento do limite de despesas pela inflação mais um percentual real atrelado ao comportamento das receitas --que pode variar de 0,6% a 2,5% ao ano.

Nathalia Garcia/Folhapress



passada, Cid foi compareceu à corporação para depor na última sexta-feira (25) e na segunda-feira (28), onde permaneceu por 10 horas.

CID TERIA PRESENCIADO ENCONTROS DE HACKER COM BOLSONARO

O advogado de Walter Delgatti Neto afirmou que Mauro Cid esteve presente em todos os encontros do hacker com o ex-presidente Jair Bolsonaro.

O militar teria acompanhado a visita e presenciado “todas as narrativas”, inclusive a proposta para que o hacker fosse o garoto-propaganda da campanha de Bolsonaro, segundo Ariovaldo Oliveira, advogado do hacker

Walter Delgatti, em entrevista à GloboNews.

“O Cid é, sim, uma testemunha de Walter. E a gente espera que ele fale a verdade e conte exatamente o que se deu durante aquela conversa entre Bolsonaro e Walter Delgatti, que foi acompanhada não só pelo Cid mas também pela deputada Carla Zambelli”, disse Ariovaldo Oliveira.

O advogado do hacker também contou que, das cinco vezes em que Delgatti foi ao Ministério da Defesa, ele esteve duas vezes com ex-ministro Paulo Sérgio Nogueira. O ex-chefe da Defesa, porém, nega os encontros, segundo mostrou a jornalista do UOL Carla Araújo.

Folhapress

Publicidade Legal

Kali Empreendimentos e Participações S.A.

(em fase de organização)

Ata de Assembleia Geral de Constituição

Data, hora e local: 22/02/2022, às 16:00 horas, na sede da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, face à presença da totalidade dos subscritores do capital social inicial da Companhia. **Mesa:** Presidente: Edson Vicente da Silva Filho; Secretária: Gabriela Albuquerque Pace. **Deliberações:** 1 Aprovar a constituição de uma sociedade sob a denominação de **Kali Empreendimentos e Participações S.A.** 2 Aprovar o capital social inicial de R\$ 750,00, representado por 750 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 cada. 3 Aprovar o projeto de Estatuto Social, dando-se assim por constituída a **Kali Empreendimentos e Participações S.A.** 4 Eleger o Sr. **Edson Vicente da Silva Filho**, RG nº 48.351.732-X (SSP-SP) e CPF nº 366.209.668.45, ao cargo de Diretor Presidente, e a Sra. **Gabriela Albuquerque Pace**, RG nº 44.072.471-5 SSP-SP e CPF nº 352.021.748-10, ao cargo de Diretora sem designação específica, ambos com mandato de 2 anos, os quais declaram não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividade mercantil. **Encerramento:** Nada mais a tratar, lavrou-se esta ata. **Acionistas:** Gabriela Albuquerque Pace e Edson Vicente da Silva Filho. São Paulo, 22/02/2022. Edson Vicente da Silva Filho – Presidente; Gabriela Albuquerque Pace – Secretária. **Estatuto Social. Capítulo I – Da Denominação, Sede, Foro, Prazo de Duração e Objeto.** Artigo 1º. A **Kali Empreendimentos e Participações S.A.** é uma sociedade anônima, que se regerá pelas leis e usos do comércio, por este estatuto social e pelas disposições legais e aplicáveis. Artigo 2º. A sociedade terá por objeto a) Administração de imóveis próprios, e b) Participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista (holding). Artigo 3º. A Companhia tem sede e foro na Cidade do São Paulo, Estado do São Paulo, Rua Padre Luciano, 97, Jardim França, São Paulo, Estado do São Paulo, podendo por deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior. Artigo 4º. Os jornais que a empresa utiliza para publicação de seus atos e documentos é o Diário Oficial do Estado e o jornal Data Mercantil. Artigo 5º. A Companhia iniciará suas atividades em 22/02/2022, e seu prazo de duração será indeterminado. **Capítulo II – Do Capital Social e Ações.** Artigo 6º. O Capital Social da Companhia é de R\$ 750,00, dividido em 750 ordinárias todas nominativas e sem valor nominal. § 1º. Todas as ações da Companhia serão nominativas, facultada adoção da forma escritural, em conta corrente de depósito mantida em nome de seus titulares, junto à instituição financeira indicada pela Diretoria, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo 3º do artigo 35 da Lei 6.404/76. § 2º. A cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais. § 3º. A capitalização de lucros ou de reservas será obrigatoriamente efetivada sem modificação do número de ações. O grupamento e o desdobramento de ações são também expressamente proibidos, exceto se previamente aprovado em Assembleia Especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. § 4º. Poderão ser emitidas sem direito de preferência para os antigos acionistas, ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita por uma das formas previstas no artigo 172 da Lei 6.404/76, desde que a eliminação do direito de preferência seja previamente aprovada em Assembleia especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. § 5º. A alteração deste Estatuto Social na parte que regula a diversidade de espécies e/ou classes de ações não requererá a concordância de todos os titulares das ações atingidas, sendo suficiente a aprovação de acionistas que representem a maioria tanto do conjunto das ações com direito a voto, quando de cada espécie ou classe. § 6º. A emissão de debêntures conversíveis, bônus de subscrição, outros títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações e partes beneficiárias, estas conversíveis ou não, bem como a outorga de opção de compra de ações dependerá da prévia aprovação de acionistas representando a maioria das ações de cada espécie ou classe de ações. Artigo 7º. Os certificados representativos das ações serão sempre assinados por dois Diretores, ou

mandatários com poderes especiais, podendo a Companhia emitir títulos múltiplos ou cautelares. Parágrafo Único. Nas substituições de certificados, bem como na expedição de segunda via de certificados de ações nominativas, será cobrada uma taxa relativa aos custos incorridos. Artigo 8º. O montante a ser pago pela Companhia a título de reembolso pelas ações detidas por acionistas que tenham exercido direito de retirada, nos casos autorizados por lei, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado de acordo com o procedimento de avaliação aceita pela Lei nº 9.457/97, sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial apurado de acordo com o artigo 45 da Lei nº 6.404/76. Artigo 9º. A Companhia só registrará a transferência de ações se forem observadas as disposições pertinentes do Acordo de Acionistas, desde que esteja arquivado em sua sede. **Capítulo III – Da Administração.** Artigo 10º. A Companhia será administrada por uma Diretoria, composta por 2 Diretores, sendo um Diretor – Presidente e um Diretor sem designação específica, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, observado o disposto neste Estatuto. § 1º. O mandato da Diretoria será de 02 anos, permitida a reeleição, sendo o mandato prorrogado, automaticamente, até a eleição e posse dos respectivos substitutos. § 2º. A investidora dos Diretores far-se-á mediante termo lavrado no livro de “Atas das Reuniões da Diretoria”. Os Diretores reeleitos serão investidos nos seus cargos pela própria Assembleia Geral, dispensada quaisquer outras formalidades. § 3º. Em caso de vaga, será convocada a Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto, que completará o mandato do Diretor substituído, com observância dos direitos de eleição em separado previstos no § 2º do artigo 5º deste Estatuto. § 4º. Em suas ausências ou impedimentos eventuais, os Diretores serão substituídos por quem vierem a indicar. § 5º. Compete a Diretoria conceder licença aos Diretores, sendo que esta não poderá exceder a 30 dias, quando remunerada. § 6º. A remuneração dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral, em montante global ou individual, ficando os Diretores dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão. Artigo 11º. A Diretoria terá plenos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de todos os atos e realização de todas as operações que se relacionarem com o objeto social, observado o disposto neste Estatuto. § 1º. Além das demais matérias submetidas a sua apreciação por este Estatuto, compete à Diretoria, reunida em colegiado: a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; b) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos; c) Manifestar-se previamente sobre os relatórios, contas e arcamentos e propostas elaboradas pelos Diretores para apresentação à Assembleia Geral; e d) Distribuir entre os membros da Diretoria, a verba global dos Diretores, fixarem em Assembleia Geral, se for o caso. § 2º. A Diretoria reunir-se-á preferencialmente na Sede Social, sempre que convier aos interesses sociais, por convocação escrita, com indicação circunstanciada da ordem do dia, subscrita pelo Diretor Presidente, com antecedência mínima de 3 dias, exceto se a convocação e/ou o prazo forem renunciados, por escrito, por todos os Diretores. § 3º. A Diretoria somente se reunirá com a presença de, no mínimo, 2 Diretores, considerando-se presente o Diretor que enviar voto escrito sobre as matérias objeto da ordem do dia. § 4º. As decisões da Diretoria serão tomadas pelo voto favorável da maioria de seus membros presentes a reunião. § 5º. As reuniões da Diretoria serão objeto de atas circunstanciadas, lavradas em livro próprio. Artigo 12º. Os Diretores terão a representação ativa e passiva da Companhia, incumbindo-lhes executar e fazer executar, dentro das respectivas atribuições, as deliberações tomadas pela Diretoria e pela Assembleia Geral, nos limites estabelecidos pelo presente Estatuto. Artigo 13º. A Companhia somente poderá assumir obrigações, renunciar a direitos, transigir, dar quitação, alienar ou onerar bens do ativo permanente, bem como emitir, garantir ou endossar cheques ou títulos de crédito, mediante instrumento assinado pelo Diretor Presidente, isoladamente, por 2 Diretores, em conjunto, por 1 Diretor e 1 mandatário ou, ainda, por 2 mandatários, constituídos especialmente para tal, observados quanto à nomeação de mandatários o disposto no parágrafo 1º deste artigo. § 1º. Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia serão sempre assinados pelo Diretor Presidente, isoladamente, ou por 2 Diretores, devendo especificar os poderes concedidos e terão prazo certo de duração, limitado há um ano, exceto no caso de mandato judicial, que poderá ser por prazo indeterminado. § 2º. Excepcionalmente, a

Companhia poderá ser representada nos atos a que se refere o Caput deste artigo mediante a assinatura isolada de um Diretor ou de um mandatário, desde que haja, em cada caso específico, autorização expressa da Diretoria. **Capítulo IV – Assembleia Geral.** Artigo 14º. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 meses subsequentes ao término do exercício social para fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem. § 1º. A Assembleia Geral poderá ser convocada, na forma da lei, por quaisquer 2 Diretores e será presidida pelo Diretor Presidente, que designará um ou mais secretários. § 2º. As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, e neste estatuto, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco. § 3º. Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatários nomeados na forma do § 1º do artigo 126 da Lei 6.404/76, devendo os respectivos instrumentos de mandato ser depositados, na sede social, com 03 dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral. **Capítulo V – Conselho Fiscal.** Artigo 15º. O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da Lei, e será composto por 3 membros efetivos e 3 membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia geral em que for requerido o seu funcionamento. § 1º. Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito a remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral que os eleger. § 2º. As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio. **Capítulo VI – Exercício Social e Lucros.** Artigo 16º. O exercício social terminará no dia 02 de março de cada ano. Ao fim de cada exercício a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil, as demonstrações financeiras previstas em Lei, observadas as normas então vigentes, as quais compreenderão a proposta de destinação do lucro do exercício. Artigo 17º. Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% serão aplicados na constituição da reserva legal, a qual não excederá o importe de 20% do capital social. Do saldo, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, se existente, 25% serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório. § 1º. Atribuir-se-á Reserva para Investimentos, que não excederá a 80% do Capital Social subscrito, importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da lei nº 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital, ou a criação de novos empreendimentos. § 2º. O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral. Artigo 18º. Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral, e, se não reclamados dentro de 3 anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. Artigo 19º. A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta de lucros apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei. § 1º. Ainda por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à sua conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço levantado, inclusive à conta da reserva para Investimentos a que a que se refere o § 1º do artigo 16. § 2º. Também, mediante decisão da Assembleia Geral, os dividendos ou dividendos intermediários poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social. § 3º. Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório. **Capítulo VII – Liquidação.** Artigo 20º. A Companhia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da Assembleia Geral e nos demais casos previstos em lei. § 1º. A Assembleia Geral que deliberar sobre a liquidação caberá nomear o respectivo liquidante e fixar-lhe a remuneração. § 2º. A Assembleia Geral, se assim solicitarem acionistas que representem o número fixado em lei, elegerá o Conselho Fiscal, para o período da liquidação. Acionistas: Gabriela Albuquerque Pace e Edson Vicente da Silva Filho. São Paulo, 22/02/2022. Edson Vicente da Silva Filho – Presidente; Gabriela Albuquerque Pace – Secretária. JUCESP – Registrado sob o NIRE 35.300.595.238 em 27/06/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Stone Instituição de Pagamentos S.A.

CNPJ/MF nº 16.501.555/0001-57

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)			
	30/6/2023	31/12/2022	
Ativo			Passivo
Circulante	30.096.492	31.273.428	Circulante
Caixa e equivalentes de caixa	1.569.420	377.004	Depósitos e demais instrumentos financeiros
Disponibilidades	1.569.420	377.004	Depósitos
Instrumentos financeiros	28.120.704	30.605.208	Instrumentos financeiros derivativos
Títulos e valores mobiliários	9.271.105	9.711.065	Obrigações por empréstimos
Instrumentos financeiros derivativos	4.247	191	Contas a pagar a estabelecimentos
Contas a receber de emissores	18.103.004	19.510.489	Obrigações vinculadas a cessão
Contas a receber de emissores vinculadas a cessão	325.420	1.116.264	Outros passivos diversos
Depósitos no Banco Central	297.026	145.127	
Rendas a receber	135.334	131.617	
(+) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(48.612)	(51.821)	Outras obrigações
Outros ativos diversos	33.180	42.276	Obrigações sociais e estatutárias
Outros créditos	406.368	291.216	Provisão para pagamentos a efetuar
Despesas antecipadas	161.961	162.644	Impostos e contribuições a recolher
Impostos e contribuições a compensar	94.995	36.420	Outros passivos diversos
Imposto de renda a recuperar	54.068	48.061	Não circulante
Outros ativos diversos	95.344	44.091	Instrumentos financeiros
Não circulante	3.463.882	3.517.962	Outros passivos diversos
Realizável a longo prazo	682.261	896.708	Outras obrigações
Instrumentos financeiros	166.902	282.985	Provisão para pagamentos a efetuar
Contas a receber de emissores	70.329	54.334	Obrigações fiscais diferidas
Rendas a receber	17.908	21.356	Provisão para contingências
Outros ativos diversos	78.665	207.295	Patrimônio líquido
Outros créditos	515.359	613.723	Capital social
Despesas antecipadas	73.243	118.660	Reserva de capital
Ativos fiscais diferidos	436.826	473.527	Reserva legal
Outros ativos diversos	5.290	21.536	Reserva de lucros
Investimentos	1.873.187	1.705.792	Outros resultados abrangentes
Participações em coligadas e controladas	1.859.646	1.690.640	Total do passivo e patrimônio líquido
Ágio na aquisição de investimentos	13.541	15.152	33.560.374
Imobilizado de uso	687.495	739.523	34.791.390
Instalações, móveis e equipamentos de uso	1.351.655	1.360.151	
(-) Depreciação acumulada	(664.160)	(620.628)	
Intangível	220.939	175.939	
Ativos intangíveis	373.467	301.111	
(-) Amortização acumulada	(152.528)	(125.172)	
Total do ativo	33.560.374	34.791.390	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Resultados Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)			
	Semestre findo em 30/6/2023	Semestre findo em 30/6/2022	
Receitas operacionais	2.554.009	1.914.802	
Receita líquida de serviços de transações de pagamento e outros serviços	815.154	656.142	
Receita líquida de aluguel de equipamentos	201.757	230.778	
Receita líquida por antecipação de obrigações de transações de pagamento	1.537.098	1.027.882	
Resultado bruto da intermediação financeira	(837.635)	(812.305)	
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários	898.489	605.732	
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	1.717	(3.315)	
Resultado operacional	259.905	(228.783)	
Resultado de participação em controladas e coligadas	150.461	69.618	
Resultado não operacional	(33.357)	11.632	
Resultado antes da tributação s/ o lucro e participações	377.009	(147.533)	
Imposto de renda e contribuição social	(65.683)	91.831	
Imposto de renda e contribuição social correntes	(16.974)	—	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(48.709)	91.831	
Participações no lucro	(38.467)	(27.651)	
Lucro líquido/(prejuízo) do período	272.859	(83.353)	
Lucro líquido/(prejuízo) por ação (RS)	0,77	(0,54)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)			
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal
Saldos em 31 de dezembro de 2021	869.445	195.212	49.969
Pagamento baseado em ações	—	58.026	—
Efeito reflexo de pagamento baseado em ações de controladas	—	7.576	—
Prejuízo do período	—	—	—
Absorção de prejuízos acumulados	—	—	(83.353)
Saldos em 30 de junho de 2022	869.445	260.814	49.969
Saldos em 31 de dezembro de 2022	869.445	263.209	49.969
Aumento de capital	200.000	—	—
Pagamento baseado em ações	—	64.238	—
Efeito reflexo de pagamento baseado em ações de controladas	—	18.855	—
Ganho (perda) não realizada de hedge de fluxo de caixa – transação altamente provável, líquida de impostos	—	—	—
Destinação do lucro líquido do semestre	—	—	—
Reserva legal	—	—	13.643
Dividendos a distribuir	—	—	—
Reservas de lucros	—	—	194.412
Saldos em 30 de junho de 2023	1.069.445	346.302	63.612

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Resultados Abrangentes Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)			
	Semestre findo em 30/6/2023	Semestre findo em 30/6/2022	
Lucro líquido/(prejuízo) do período	272.859	(83.353)	
Outros resultados abrangentes	2.085	—	
Itens que serão reclassificados para o resultado	2.085	—	
Ganho (perda) não realizada de hedge de fluxo de caixa – transação altamente provável	2.085	—	
Efeito tributário sobre item acima	—	—	
Resultado abrangente do período	274.944	(83.353)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)			
	Semestre findo em 30/6/2023	Semestre findo em 30/6/2022	
Lucro líquido/(prejuízo) do período	272.859	(83.353)	
Ajustes ao lucro líquido:	(708.946)	(266.318)	
Depreciação e amortização	165.219	182.511	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	48.709	(91.831)	
Equivalência patrimonial	(150.461)	(69.618)	
Receitas financeiras, líquidas	(815.679)	(395.056)	
Provisão para contingências	19.251	2.210	
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	22.735	37.942	
Provisão (reversão) para perdas operacionais	(42.093)	(12.391)	
Perda na baixa e alienação de bens	(20.865)	22.329	
Ajuste a valor justo de título e valores mobiliários e derivativos	—	(440)	
Pagamento baseado em ações	64.238	58.026	
Variações nos ativos e passivos	1.874.670	468.448	
Títulos e valores mobiliários	1.515.573	442.161	
Contas a receber de emissores	2.976.679	2.233.510	
Contas a receber de emissores vinculadas a cessão	847.793	699.815	
Rendas a receber	(269)	(5.940)	
Outros créditos diversos	18.149	(186.630)	
Despesas antecipadas	46.100	(33.637)	
Contas a pagar a estabelecimentos	(3.889.334)	(2.130.426)	
Obrigações sociais e estatutárias	(70.929)	24.617	
Impostos e contribuições a recolher	8.959	25.460	
Obrigações vinculadas a cessão	(775.536)	(560.479)	
Outros passivos diversos	1.406.335	209.339	
Juros pagos e cessão de recebíveis	(1.816.840)	(1.325.092)	
Juros recebidos	1.612.059	1.077.618	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.069)	(1.868)	
Caixa líquido das atividades operacionais	1.438.583	118.777	
Aquisição de imobilizado	(194.036)	(263.901)	
Valor recebido pela venda de imobilizado	18.785	36.917	
Aquisição de ativos intangíveis	(84.495)	(62.000)	
Aquisição de subsidiária	—	(743)	
Caixa líquido das atividades de investimento	(259.746)	(289.727)	
Captação de empréstimos	2.798.221	2.749.992	
Pagamento de empréstimos	(2.980.000)	(3.597.749)	
Integralização de capital	200.000	—	
Caixa líquido das atividades de financiamento	18.221	(847.757)	
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa	(4.642)	(438)	
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.192.416	(1.019.145)	
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	377.004	1.126.454	
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1.569.420	107.309	
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.192.416	(1.019.145)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

A Diretoria Camila Del Poente Contadora – CRC 1SP 290.887/O-8			
As Demonstrações Financeiras na íntegra acompanhadas de suas Notas Explicativas e o Relatório do Auditor Independente, encontram-se à disposição dos interessados na versão digital do jornal.			

Careerbuilder Brasil Atividades de Internet e Participações Ltda.CNPJ/MF nº 13.922.187/0001-22 - NIRE 35.225.559.969
Extrato da 13ª Alteração e Consolidação do Contrato Social

Pelo presente instrumento particular: (i) **Careerbuilder International Holdings B.V.**, com sede em Amsterdã, CNPJ/MF nº 14.895.556/0001-06, representada por Sr. **Luis Riesgo Pablo**, espanhol, casado, consultor em direito estrangeiro, residente e domiciliado em São Paulo/SP ("Careerbuilder International"); e (ii) **Careerbuilder France Holding, LLC**, com sede em Chicago, Illinois 60601, CNPJ/MF nº 14.895.557/0001-42, representada por, o Sr. **Luis Riesgo Pablo**, acima qualificado ("Careerbuilder France"), em conjunto com a Careerbuilder International, as "Sócias", sócias representando a totalidade do capital social da **Careerbuilder Brasil Atividades de Internet e Participações Ltda.**, CNPJ/MF nº 13.922.187/0001-22, com sede em São Paulo/SP, registrada na JUCESP/NIRE 3522559969 ("Sociedade"), decidem, de comum acordo, alterar o Contrato Social da Sociedade conforme segue: **1. Transferência e Cessão de Quotas. 1.1.** A sócia **Careerbuilder France Holding, LLC** retira-se da Sociedade, cedendo e transferindo à sócia remanescente **Careerbuilder International Holdings B.V.**, a título oneroso, a totalidade de 1 quota de que é titular, inscrita e totalmente integralizada, com valor nominal de R\$ 1,00, no montante total de R\$ 1,00, livre e desembarçada de quaisquer ônus, declarando ter recebido todos os seus direitos e haveres perante a Sociedade, nada mais tendo a reclamar, seja a que título for, nem do cessionário nem da Sociedade, dando-lhes plena, geral, rasa e irrevogável quitação. **1.2.** Alterar a redação do Contrato Social: "**Cláusula 5ª** - O capital social, totalmente subscrito e integralizado pela sócia em moeda corrente do país, é de R\$ 10.519.146,00, divididos em 10.519.146 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada. **2. Ratificação da nomeação e contratação da empresa especializada. 2.1.** A sócia Careerbuilder International decide ratificar a nomeação e contratação da **Goriox Faro Auditores Independentes S/S**, com sede em São Paulo/SP, CNPJ/MF nº 07.058.550/0001-00, para fins da elaboração do laudo de avaliação, a valor contábil, do acervo líquido da Incorporada, com base no balanço patrimonial da Incorporada levantado em 30/06/2023 contratada para avaliar o acervo líquido total da Incorporada a ser incorporado pela Sociedade. **3. Aprovação do Laudo de Avaliação. 3.1.** A sócia Careerbuilder International decide aprovar, depois de examinado e discutido, em todos os seus termos e condições, o "Laudo de Avaliação Apurado por Meio dos Livros Contábeis", elaborado pela Empresa Especializada, para instrução da Incorporação, com base no balanço social da Incorporada, datado de 30/06/2023, o qual concluiu que o valor contábil do acervo líquido da Incorporada, que é negativo, na Data-Base, corresponde a, pelo menos, R\$ 4.364.733,00. **4. Exame e Aprovação do Protocolo de Incorporação da Ceviu Vagas e Prestação de Serviços Ltda. 4.1.** A sócia Careerbuilder International decide aprovar, depois de examinado em todos os seus termos e condições, o "Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação da Ceviu Vagas e Prestação de Serviços Ltda. pela Careerbuilder Brasil Atividade de Internet e Participações Ltda." ("Protocolo"), tendo por objeto a incorporação da **Ceviu Vagas e Prestação de Serviços Ltda.**, com sede em São Paulo/SP, CNPJ/MF nº 07.457.586/0001-67, com registro na JUCESP/NIRE 3120962327-1. **5. Aprovação da Incorporação da Ceviu Vagas e Prestação de Serviços Ltda. 5.1.** A sócia Careerbuilder International decide aprovar a Incorporação, nos termos e condições estabelecidos no Protocolo, com a absorção do acervo líquido da Incorporada, no montante negativo de R\$ 4.364.733,00, conforme descrito no Protocolo, a ser integralmente incorporado ao patrimônio da Sociedade, sem alteração do capital social da Sociedade, tendo em vista que a Incorporada é subsidiária integral da Sociedade, a qual detém todas as quotas de emissão da Incorporada. **5.2.** A sócia Careerbuilder International decide ainda, conforme os termos e condições previstos no Protocolo, a consequente extinção da Incorporada, passando a Sociedade a sucedê-la, a título universal, em todos os bens, direitos e obrigações. **5.3.** Consignar que (i) a Incorporação aprovada resultará no cancelamento da totalidade das quotas de emissão da Ceviu, detidas pela Sociedade; e (ii) registrar que, como 100% das quotas representativas do capital social da Ceviu são de titularidade da Sociedade, não haverá alteração no patrimônio líquido da Sociedade como resultado da Incorporação e, consequentemente, emissão de novas quotas, motivo pelo qual não se faz necessário estabelecer qualquer relação de substituição. **5.4.** Autorizar o administrador da Sociedade a praticar todos os atos que se fizerem necessários à formalização e implementação da Incorporação ora aprovada. **6. Alteração e Consolidação do Contrato Social. 6.1.** A sócia Careerbuilder International decide alterar e consolidar integralmente o Contrato Social da Sociedade, o qual encontra-se na sede da Companhia. Nada mais. São Paulo, 10/07/2023. JUCESP nº 303.890/23-0 em 28/07/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.CNPJ/MF nº 09.074.183/0001-64 - NIRE 35.300.346.238 - (Companhia Aberta)
Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de julho de 2023

1. Data, Local e Hora: 27/07/2023, às 15 horas, na sede social da Companhia, na Rodovia Transbrasiliana (BR-153/SP), km 183 + 800 metros, Lins-SP, Caixa Postal 844. **2. Membros Presentes:** Sr. Carlo Alberto Bottarelli e Sr. João Villar Garcia. **3. Mesa:** Sr. Carlo Alberto Bottarelli, Presidente e Sra. Gabriela Cristina Yachel Slaghenaufl, Secretária. **4. Ordem do Dia:** Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social da Companhia em razão da mudança do endereço da sede social de Rodovia Transbrasiliana (BR-153/SP), km 183+800 metros, para Rua Voluntário Vitoriano Borges, nº 451, Centro, Lins-SP, nos termos do art. 23, "ii", do Estatuto Social. **5. Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, a reforma do Estatuto Social, a ser submetida à Assembleia Geral Extraordinária. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata, que foi assinada por todos os presentes. Lins, 27/07/2023. **Carlo Alberto Bottarelli** - Presidente/Conselheiro; **João Villar Garcia** - Conselheiro; **Gabriela Cristina Yachel Slaghenaufl** - Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 349.228/23-1 em 28/08/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.CNPJ/MF nº 09.074.183/0001-64 - NIRE 35.300.346.238 - ("Companhia" ou "Transbrasiliana")
Ata da Reunião de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2023

Data, Hora e Local: Dia 31/07/2023, às 10:00 horas, na sede social da "Companhia". **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Sr. Carlo Alberto Bottarelli - Presidente; Sra. Gabriela Cristina Yachel Slaghenaufl - Secretária. **Deliberações:** Os acionistas presentes deliberaram o quanto segue: **1.** Por unanimidade e sem ressalvas, aprovar a alteração do endereço da sede social da Companhia; **2.** Por unanimidade, em razão da deliberação realizada no item acima, a alteração do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigor com a seguinte redação: "Artigo 2º. A Companhia tem a sua sede e foro na cidade de Lins, Estado de São Paulo, na Rua Voluntário Vitoriano Borges, nº 451, Centro, CEP 16.400-040, local onde funcionará o seu escritório administrativo, podendo abrir filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante deliberação do Conselho de Administração." **3.** Por unanimidade e sem ressalvas, a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **4.** A Acionista resolve ratificar todas as demais disposições do Estatuto Social da Companhia não expressamente alteradas por este instrumento e consolidá-lo, passando o Estatuto Social da Companhia a vigorar conforme redação constante do Anexo I à presente Ata, que dela passa a fazer parte integrante. **5.** Por fim, a Acionista da Companhia autorizou que a Diretoria Executiva da Companhia pratique todos os atos necessários à implementação das deliberações acima, bem como, ratificar todos os atos já praticados para tais finalidades. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. **Mesa:** Sr. Carlo Alberto Bottarelli - Presidente; e Gabriela Cristina Yachel Slaghenaufl - Secretária. Lins, 31/07/2023. JUCESP. Certifico o registro sob o nº 349.229/23-5 em 28/08/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Companhia Acreana de Participações

CNPJ/ME nº 08.293.965/0001-21 - NIRE 35.300.333.268

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas

Ficam convocados os acionistas da **Companhia Acreana de Participações**, sociedade anônima, inscrita no CNPJ sob nº 08.293.965/0001-21, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Casa do Ator, nº 1117, 1º andar, sala 11, Vila Olímpia, CEP 04546-004 ("Companhia") para se reunirem no dia 07 de setembro de 2023, às 10:00 horas, em assembleia geral extraordinária a ser realizada na sede da Companhia ("Assembleia"), a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) autorização para que a Companhia figure como Devedora Solidária em quaisquer operações celebradas entre o Banco Fidis S.A., instituição financeira de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 62.237.425/0001-76 e a sociedade Pontanegra Automóveis Ltda., inscrita no CNPJ 40.757.908/0001-69; (ii) autorização para que a Companhia preste quaisquer garantias vinculadas às referidas operações, sejam elas reais ou fidejussórias; (iii) substituição e eleição de novos membros do Conselho de Administração; e (iv) outros assuntos de interesse da Companhia, tais como a autorização da lavratura da presente ata. Para participar da Assembleia, os senhores acionistas deverão apresentar originais ou cópias autenticadas dos seguintes documentos: (i) documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante; (ii) instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista; ou (iii) se representado por seu inventariante, também a certidão de nomeação de inventariante atualizada. Para fins de melhor organização da Assembleia, a Companhia recomenda que cópia autenticada dos documentos acima seja encaminhada para o endereço eletrônico eduardo.farias@grupofarias.com.br ou protocolada na sede da Companhia, em qualquer caso com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia para validação. São Paulo, 30 de agosto de 2023. **Eduardo José de Farias**, Presidente. (30, 31/08 e 01/09/2023)

Ceviu Vagas e Prestação de Serviços Ltda.CNPJ/MF nº 07.457.586/0001-67 - NIRE nº 35230510522
Extrato da 14ª Alteração do Contrato Social

Pelo presente instrumento: **Careerbuilder Brasil Atividades de Internet e Participações Ltda.**, CNPJ/MF nº 13.922.187/0001-22, com sede em SP/SP, registrada na JUCESP/NIRE 35.225.559.969, representada por, o Sr. **Eduardo Junqueira de Oliveira Martins**, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado em São Paulo/SP, única sócia representando a totalidade do capital social da **Ceviu Vagas e Prestação de Serviços Ltda.**, com sede em São Paulo/SP, CNPJ/MF nº 07.457.586/0001-67, registrada na JUCESP/NIRE 35230510522, resolve alterar o Contrato Social da Sociedade conforme segue: **1. Ratificação da nomeação e contratação da empresa especializada. 1.1.** A Sócia decide ratificar a nomeação e contratação da **Goriox Faro Auditores Independentes S/S**, com sede em São Paulo/SP, CNPJ/MF nº 07.058.550/0001-00, para elaboração do laudo de avaliação, a valor contábil, do acervo líquido da Incorporada, com base no balanço patrimonial da Incorporada levantado em 30/06/2023 contratada para avaliar o acervo líquido total da Sociedade, a ser incorporado pela Careerbuilder Brasil, acima qualificada. **2. Aprovação do laudo de avaliação. 2.1.** A Sócia decide aprovar o "Laudo de Avaliação Apurado por Meio dos Livros Contábeis", elaborado pela Empresa Especializada, para instrução da Incorporação, com base no balanço social da Sociedade, datado de 30/06/2023, o qual concluiu que o valor contábil do acervo líquido da Incorporada, que é negativo, na Data-Base, corresponde a, pelo menos, R\$ 4.364.733,00. **3. Exame e aprovação do protocolo de incorporação da sociedade. 3.1.** A Sócia decide aprovar, depois de examinado em todos os seus termos e condições, o "Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação da Ceviu Vagas e Prestação de Serviços Ltda. pela Careerbuilder Brasil Atividade de Internet e Participações Ltda.", incluindo seus anexos, tendo por objeto a incorporação da Sociedade pela Sócia, em 10/07/2023, contendo a finalidade, as bases e demais condições, dentre outros, relacionadas à Incorporação. **4. Aprovação da incorporação da sociedade. 4.1.** A Incorporadora aprova a Incorporação, no montante negativo de R\$ 4.364.733,00 conforme descrito no Protocolo, o qual passa a ser integralmente incorporado ao patrimônio da Incorporadora, sem qualquer alteração da capital social da Incorporadora, uma vez que todas as quotas da Sociedade são, na presente data, integralmente detidas pela Incorporadora. **5. Extinção da sociedade. 5.1.** A Sócia decide ainda que, consumadas as providências legais, a Incorporação resultará no cancelamento das 2.144.923 quotas detidas pela Sócia na Sociedade e consequente extinção de pleno direito da Sociedade, assumindo a Incorporadora a responsabilidade ativa e passiva relativa à Sociedade, passando a ser sua sucessora legal, para todos os efeitos. **5.2.** A Incorporadora sucederá a Sociedade, a título universal, em todos os bens, direitos e obrigações, e sem solução de continuidade, em relação a todos os bens, direitos, pretensões, faculdades, poderes, imunidades, ações, exceções, deveres, obrigações, sujeições, ônus e responsabilidades de titularidade da Sociedade, os quais são incorporados pela Incorporadora. **6. Autorização à administração. 6.1.** Autorizar os representantes legais a realizarem os atos para efetiva conclusão e consumação da Incorporação. Nada mais. SP, 10/07/2023. JUCESP nº 303.891/23-3 em 28/07/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Amazon AWS Serviços Brasil Ltda.

CNPJ/MF nº 23.412.247/0001-10 - NIRE 35.229.505.243

Termo de Deliberação de Única Sócia realizada em 29/08/2023

AWS Brazil Holdco LLC, sociedade constituída e existente de acordo com as leis do Estado de Delaware, Estados Unidos da América, com sede em 410 Terry Avenue North, Seattle, WA 98109, Estados Unidos da América, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob nº 23.213.926/0001-60 ("Sócia"), neste ato devidamente representada por seu legítimo procurador, o Sr. Fernando Gentil Monteiro, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo ("OAB/SP") sob nº 285.645, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho nº 1507, 12º andar, bloco A, Vila Olímpia, CEP 04547-005, na qualidade de única sócia representante da totalidade do capital social da **Amazon AWS Serviços Brasil Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubistchek nº 2.041, Torre E, 18º e 19º andares, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.412.247/0001-10, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE nº 35.229.505.243, em sessão realizada em 05/10/2015 ("Sociedade"), resolve aprovar a redução do capital social da Sociedade em R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), nos termos do artigo 1.082, inciso II do Código Civil Brasileiro, mediante o cancelamento do correspondente número de quotas representativas do capital social da Sociedade, nos termos do artigo 1.084 do Código Civil Brasileiro. A Sócia assina o presente instrumento particular, exclusivamente de forma eletrônica, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2/2001, sendo a prova de autenticidade e integridade feita via DocuSign (ou plataforma similar), a qual é aceito para fins da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e do artigo 225 do Código Civil Brasileiro. São Paulo, 29/08/2023. **AWS Brazil Holdco LLC**, p.p. Fernando Gentil Monteiro.

Eskenazi Indústria Gráfica Ltda.

CNPJ nº 61.069.100/0001-69 - NIRE 35200862218

Extrato da Ata da Reunião de Sócios realizada em 28/08/2023

Data, Hora e Local: 28/08/2023, 10hs, na sede social. **Convocação:** Dispensada. **Presença:** Presentes os Sócios representando a totalidade do capital social da Sociedade. **Mesa:** Sr. Victor Eskenazi, presidente; Sr. Roberto Eskenazi, secretário. **Deliberações aprovadas:** (i) a redução do capital social por julgá-lo excessivo em relação às suas atividades no valor total de R\$1.757.599,00, passando o referido capital social de R\$3.560.000,00, dividido em 3.560.000 quotas, para R\$1.802.401,00, dividido em 1.802.401 quotas, mediante a restituição de capital aos Sócios de forma proporcional às respectivas participações dos Sócios no capital social. Autorizados os Administradores a realizar todos os atos necessários à efetivação da deliberação. Nada mais. SP/SP, 28/08/2023.

Eudmarco S.A. Serviços e Comércio Internacional

CNPJ/MF 58.138.058/0031-00 - NIRE 35901756210

Edital de Termo de Responsabilidade nº 90/2023

A Junta Comercial de SP torna público que o fiel depositário dos gêneros e mercadorias recebidos pela filial da sociedade empresária "**Eudmarco S.A. Serviços e Comércio Internacional**", NIRE **35901756210**, CNPJ/MF **58.138.058/0031-00**, localizada na Rua Senador Dantas, nº 206, Macuco, Santos/SP, CEP: 11015-210, **Sr. Nilson Datogua Silva**, RG nº 22.544.024-SSP/SP, CPF/MF nº 162.344.758-50, assinou em **23/08/2023** o Termo de Responsabilidade nº **90/2023**, com fulcro nos arts. 1º, § 2º, do Decreto Federal nº 1.102/1903 e do art. 3º, Súncio, da IN nº 52/2022, do Departamento de Registro Empresarial e Integração, devendo ser publicado e arquivado na JUCESP o presente edital, nos termos do art. 8º da supracitada Instrução Normativa. **Marcio Massao Shimamoto**, Presidente da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Fazenda Palmeiras do Ricardo S.A.

CNPJ/ME nº 61.206.314/0001-30 - NIRE 35.3.00036531

Extrato da Ata de Assembleia Geral Extraordinária em 17/08/2023

Para os fins do art. 174 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), a administração da **Fazenda Palmeiras do Ricardo S.A.** ("Companhia") informa que, em 17/08/2023, foi aprovado pela acionista representando a totalidade do capital social da Companhia a redução do capital social da Companhia, devido ao capital social da Companhia ser considerado excessivo em relação ao seu objeto social, de R\$ 14.806.905,00 para R\$ 13.097.896,83, com uma redução efetiva, portanto, de R\$ 1.709.008,17, a ser realizada mediante o cancelamento de 1.707.421 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas do capital social da Companhia. A referida redução foi deliberada em Ata da Assembleia Geral Extraordinária, cuja cópia encontra-se à disposição dos interessados para consulta na sede social da Companhia. Tal redução será efetivada por meio da alteração do estatuto social da Companhia, a ser levada a registro ao final do prazo legal de 60 dias a contar desta publicação, nos termos do art. 174 da Lei das Sociedades por Ações, desde que não ocorram manifestações contrárias de eventuais interessados, na qualidade de credores quirográficos, por título líquido anterior a esta data. São Paulo, 17/08/2023.

Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,4461
Dólar (EUA) - 4,8706
Franco (Suíça) - 5,5354
Iene (Japão) - 0,03336
Libra (Inglaterra) - 6,1433
Peso (Argentina) - 0,01392

Peso (Chile) - 0,005681
Peso (México) - 0,2893
Peso (Uruguai) - 0,1292
Yuan (China) - 0,6691
Rublo (Rússia) - 0,05158
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,2861

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC -
R\$ 4,870 / R\$ 4,870 **
Câmbio livre mercado -
R\$ 4,851 / R\$ 4,853 *
Turismo - R\$ 4,960 /
5,062 R\$
(* cotação média do
mercado
(**) cotação do Banco
Central
Variação do câmbio livre
mercado
no dia: -0,43%
OURO BM&F
R\$ 300,00

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: 1,10%
Pontos: 118.403
Volume financeiro:
R\$ 20,209 bilhões
Majores altas: Marfrig
ON (10,70%), CVC ON
(6,36%), Localweb ON
(4,42%)
Majores baixas: Minerva
ON (-18,26%), Pão de
Açúcar ON (-4,18%), Petz
ON (-2,78%)
S&P 500 (Nova York):
1,45%
Dow Jones (Nova York):
0,85%
Nasdaq (Nova York):
1,74%
CAC 40 (Paris): 0,67%
Dax 30 (Frankfurt): 0,88%
Financial 100 (Londres):
1,72%
Nikkei 225 (Tóquio):
0,18%
Hang Seng (Hong Kong):
1,95%
Shanghai Composite
(Xangai): 1,2%
CSI 300 (Xangai e
Shenzhen): 1,0%
Merval (Buenos Aires):
2,71%
IPC (México): 1,53%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

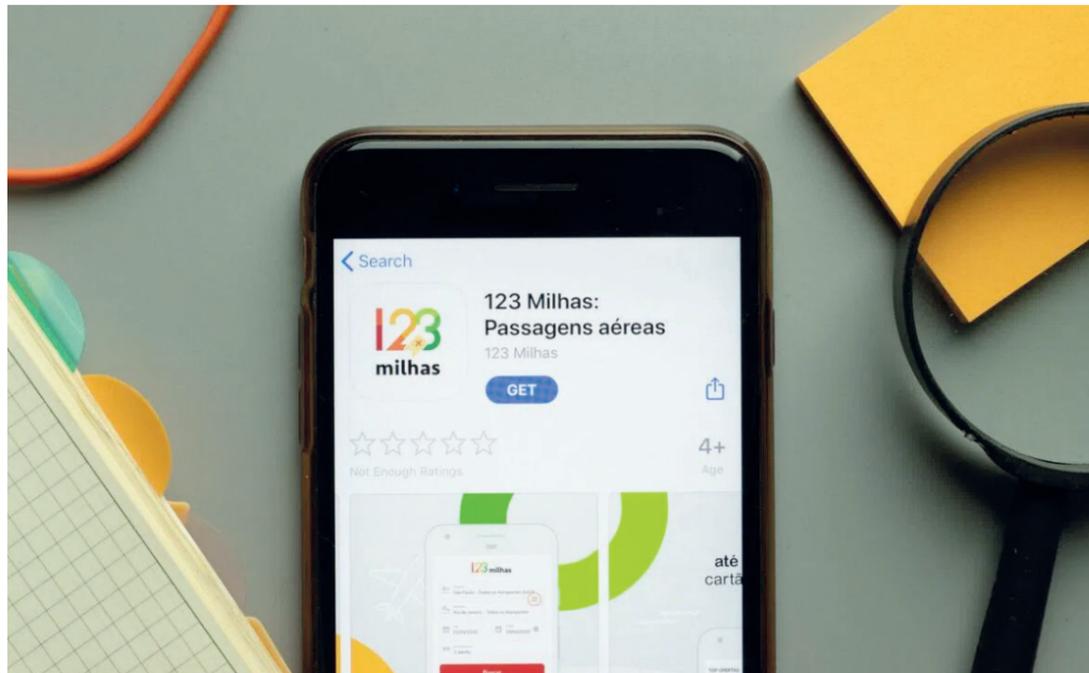
IPCA/IBGE
Fevereiro 2023: 0,84%
Março 2023: 0,71%
Abril 2023: 0,61%
Maio 2023: 0,23%
Junho 2023: -0,08%
Julho 2023: 0,12%

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Negócios

123milhas pede recuperação judicial e declara dívidas de R\$ 2,3 bilhões



A 123milhas, plataforma de turismo, entrou com pedido de recuperação judicial, na terça-feira (29), na 1ª Vara Empresarial de Belo Horizonte. Na ação, a empresa declara dívidas de R\$ 2,308 bilhões.

Se um pedido de recuperação judicial é aceito, a companhia consegue evitar a cobrança de dívidas e ganha tempo para organizar um plano de pagamento. A empresa pede a suspensão pelo prazo de 180 dias de ações de credores e consumidores que tenham ido à Justiça após a interrupção de serviços.

Na segunda-feira (28), a 123milhas anunciou uma reestruturação, com corte de pessoal o número de demis-

sões não foi informado, mas a Folha apurou que são cerca de 200 pessoas, das áreas administrativa, financeira e tecnologia. A empresa também anunciou a suspensão do site HotMilhas, de venda e compra de milhas aéreas.

Como justificativas para o pedido de recuperação judicial, a empresa afirma não ter conseguido o honrar com a entrega dos pacotes promocionais que envolvem passagens e estadias sem data definida. No pedido, a 123milhas afirma que este produto corresponde a apenas 5% do total de clientes, que somam 5 milhões ao ano. De acordo com a companhia, para ser viável, o produto deveria responder por mais. A empresa coloca entre as jus-

tificativas para a crise a alta dos preços das passagens por parte das companhias aéreas. A 123milhas afirma que, com a retomada das atividades no pós-pandemia, ela acreditava os preços caíram mas ocorreu exatamente o contrário.

Conforme especialistas, houve a alta do preço do combustível de aviação, ao mesmo tempo em que as dívidas das aéreas tiveram que ser renegociadas no pós-pandemia, o que elevou o nível de endividamento das empresas.

A companhia afirma ainda que a Azul rescindiu um contrato que lhe dava vantagens competitivas aos preços das passagens. Fora isso, alega que sofreu com a alta taxa de juros sobre as suas dívidas.

Daniele Madureira/Folhapress

Natura anuncia que pode vender Body Shop, e mercado vê foco na América Latina

O grupo Natura&Co anunciou, em fato relevante da segunda-feira (28), que considera a possibilidade de vender a fabricante e revendedora de cosméticos britânica The Body Shop, comprada da L’Oreal em 2017 por 1 bilhão de euros (R\$ 5,29 bilhões, na cotação atual).

O movimento faz parte de um redirecionamento da holding brasileira para dar mais foco à América Latina. Em abril, a Natura acertou a venda da marca australiana Aesop para a L’Oreal por US\$ 2,5 bilhões (cerca de R\$ 12,2 bilhões no câmbio atual).

Não há, porém, garantia de que a autorização concedida acabará em transação, afirma a Natura no fato relevante assinado pelo diretor financeiro, Guilherme Castelan, e pelo presidente da empresa, João Paulo Ferreira.

Questionado pela Folha de S.Paulo em maio, Ferreira havia dito que a venda da Aesop bastaria para resolver

dificuldades contábeis geradas pela pandemia e Guerra da Ucrânia.

“A Avon e a Body Shop têm oportunidades de crescimento, rentabilidade e saúde como um todo. É nisso que estamos focando”, afirmou na ocasião.

Ferreira, contudo, priorizou os planos para a Avon e de expansão na América Latina, onde a fabricante de cosméticos britânica é pouco expressiva.

As ações da Natura vinham de tendência de baixa nos últimos 30 dias. No fim de julho, os papéis da holding eram negociados na Bolsa por valores em torno de R\$ 18. Na sexta-feira (25), atingiram um mínimo no período de R\$ 15,39.

O fato relevante da manhã desta segunda alavancou as ações da Natura, que chegaram a subir 6,41%, a R\$ 16,26. No fim do dia, a alta perdeu fôlego e se consolidou em 2,23% (R\$ 15,62).

Daniele Madureira/Folhapress



InDrive cresce no Brasil com promessa de viagem 20% mais barata que 99 e Uber



O aplicativo de transporte siberiano InDrive chegou ao Brasil em 2018, mas começou a ganhar espaço na concorrência em 2022, com uma proposta inusitada: o passageiro e o motorista negociam o preço entre si até o consenso.

Esse mercado é dominado no país por Uber e 99, cada uma com mais de 1 milhão de condutores registrados. O InDrive, que se tornou o terceiro aplicativo mais baixado no país na Play Store e na App Store (segundo a plataforma de monitoramento Sensor Tower), não diz quantos trabalhadores registrou. A empresa apenas divulga que o número cresceu 50% entre

janeiro de 2022 e janeiro de 2023.

Além da fórmula diferente na precificação da corrida, o InDrive adota uma regra fixa de remuneração dos motoristas: o aplicativo pega 10% da tarifa cobrada. Em 99 e Uber, essa porcentagem varia a partir de cálculos feitos pelo aplicativos. A 99 tem um programa de compensação para manter a taxa numa média máxima de 19,99%. A Uber diz que o motorista fica com “a maior fatia”, sem especificar uma porcentagem.

Em seu site, o InDrive afirma que as corridas que intermedeia saem em média 20% mais baratas, em função da menor taxa. O executivo-chefe da empresa, Arsen

Tomsky, afirma que o preço menor é possível porque a empresa investe menos em publicidade.

Uber e 99, contudo, também cobravam taxas menores no início de sua operação no país.

Ainda que o modelo oferecido pela InDrive remunere melhor de forma proporcional e seja transparente, motoristas de aplicativo ouvidos pela reportagem afirmam que a dificuldade de negociar com pessoas no meio do trânsito desmotiva a adoção do aplicativo siberiano.

Também é impossível checar os ganhos totais dos condutores registrados na plataforma.

Pedro S. Teixeira/Folhapress